



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Noticias de interesse da segurança publica em tramitação nos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, no plano federal, na semana de 07 a 11 de marco de 2016.

1. PODER LEGISLATIVO – CÂMARA DOS DEPUTADOS


1.1 PLENÁRIO

Plenário aprova urgência para projetos da bancada feminina

Na sessão plenária desta quinta-feira (10), os deputados aprovaram, por acordo, o regime de urgência para quatro propostas escolhidas pela bancada feminina para serem votadas em Plenário como homenagem pelo Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março. Mesmo os partidos de oposição, que estão em obstrução como forma de pressionar pela instalação da comissão que vai analisar o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff, apoiou o acordo ao não pedir novas votações nominais. A deputada Flávia Moraes (PDT-GO) comemorou a aprovação, mas fez um apelo para que na próxima semana o Plenário aprove um dos projetos que passa a tramitar em regime de urgência – o PL [173/15](#), do deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), que **tipifica o crime de descumprimento de medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha (Lei [11.340/06](#))**. “Precisamos efetivar a Lei Maria da Penha e dar proteção real às mulheres”, disse a deputada.

1.2 PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

Projeto do deputado Cabo Sabino amplia a liberdade de expressão na esfera militar

 A Câmara dos Deputados analisa proposta que revoga dispositivo do Código Penal Militar (Decreto-Lei [1.001/69](#)) para que deixe de ser crime o ato de um militar criticar publicamente decisão de seu superior hierárquico. A mudança está prevista no Projeto de Lei [4321/16](#), do deputado Cabo Sabino (PR-CE). Atualmente, o artigo 166 do código tipifica o crime militar de “publicação ou crítica indevida”, com pena de detenção de dois meses a um ano, de acordo com a gravidade da situação.

1.3 COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Projeto obriga fornecedores de GPS alertarem áreas de elevado índice de criminalidade

A Câmara analisa Projeto de Lei [4334/16](#), que obriga os fornecedores de mapas para dispositivos de sistemas de posicionamento global (GPS) a alertarem o usuário em caso de aproximação de áreas com elevado índice de criminalidade ou consideradas de alto risco. Pelo projeto, de autoria da deputada Laura Carneiro (PMDB-RJ), o descumprimento dessa lei acarretará em multa de até R\$ 50 mil, que será dobrada em caso de reincidência. Na opinião da Laura Carneiro, os desenvolvedores dos sistemas de geolocalização disponibilizados no mercado brasileiro desconsideram um fator de vital importância para a população: a segurança dos motoristas. “Isso pode ser comprovado pelo aumento do número de crimes praticados contra pessoas que, induzidas por equipamentos de GPS, ingressam em áreas de risco e acabam sofrendo a ação violenta de infratores.”

Projeto de William Woo busca aumentar a segurança de vias em obras

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei [538/15](#), que torna obrigatória a adoção de superfícies antiderrapantes nas vias que estão sendo pavimentadas. A proposta, de autoria do deputado William Woo (PV-SP), busca diminuir o número de acidentes que ocorrem em função do asfalto escorregadio durante a fase de construção das pistas. Segundo o parlamentar, o uso atual



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

de chapas de aço nas construções e reformas de vias torna o local mais liso, o que facilita a queda de motociclistas e agrava a dirigibilidade como um todo nos dias chuvosos, pois dificulta a frenagem dos veículos. "A matéria tem por objetivo tornar as vias brasileiras mais seguras. Não se almeja interromper ou dificultar o crescimento das cidades, mas torná-lo compatível à segurança no trânsito", argumenta William Woo.

Comissão discute papel das Polícias Militares no Sistema Nacional de Trânsito

A Comissão Especial sobre a Alteração do Código de Trânsito (PL [8085/14](#) e 139 apensados) debate hoje, em audiência pública, as atribuições das Polícias Militares no Sistema Nacional de Trânsito. Foram convidados para o debate: - o coordenador Jurídico do Denatran, Fernando Nardes; - o presidente da Associação Nacional dos Detrans, Marcos Elias Traad da Silva; - o presidente da Associação dos Agentes de Trânsito do Brasil (AGT-Brasil), Antônio Coelho; - **o diretor de assuntos parlamentares da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais, Coronel Elias Miler da Silva;** - **o capitão Julyver Modesto, da Polícia Militar do Estado de São Paulo;** e - o vice-presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Públicos de Mobilidade Urbana da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTP), Thiago França Cabral. A audiência foi solicitada pelos deputados João Paulo Papa (PSDB/SP) e Capitão Augusto (PR/SP).

Projeto que incentiva atuação da PM no trânsito gera divergência em debate

Debatedores divergiram, nesta quarta-feira (9), sobre o Projeto de Lei [1178/15](#), em análise na Câmara dos Deputados, que retira a necessidade de concordância de estados e municípios para a interferência da Polícia Militar (PM) na fiscalização do trânsito. O assunto foi discutido em audiência pública na Comissão Especial sobre a Alteração do Código de Trânsito (PL [8085/14](#) e 139 apensados). Atualmente, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB – Lei [9.503/97](#)) condiciona a atuação dos militares na fiscalização do cumprimento de normas do trânsito à assinatura de convênios entre a corporação e esses entes federados. A lei também atribui aos conselhos estaduais de Trânsito, os Cetrans, a coordenação do policiamento ostensivo em conjunto com a PM. **O projeto, do deputado Capitão Augusto (PR-SP), pretende reverter essa lógica de desmilitarização do trânsito, iniciada com a edição do código.**

1.4 COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Projeto cria corpo de voluntários para auxiliar a execução da Lei do ECA

A Câmara dos Deputados analisa projeto de lei que **cria o corpo de Comissários Voluntários da Infância e da Adolescência**, no intuito de auxiliar os Conselhos Tutelares e as autoridades judiciárias das Varas Especiais da Infância e da Juventude, no cumprimento de suas atribuições. O autor do Projeto de Lei [543/15](#), deputado William Woo (PV-SP), acrescenta novo parágrafo na Lei do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei [8.069/90](#)). O deputado afirma haver deficiência na fiscalização e execução das medidas de proteção às crianças e adolescentes, previstas na Lei. "Nos 26 anos de vigência do ECA não foi possível atingir o nível de amparo pretendido pelo legislador à época, em razão da insuficiência de recursos para tal", disse.

1.5 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI VIOLÊNCIA JOVENS NEGROS E POBRES

Cancelada audiência da comissão especial sobre homicídio de jovens

A Comissão Especial sobre o Enfrentamento ao Homicídio de Jovens (PL [2438/15](#)) da Câmara dos Deputados cancelou a audiência pública marcada para esta tarde com o secretário de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Estado de Minas Gerais, Nilmário Miranda. O colegiado terá apenas reunião ordinária para votação de requerimentos. O autor do requerimento para a audiência foi o presidente da comissão, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). Ele quer informações sobre o Prêmio Mineiro de Direitos Humanos, criado pelo secretário para ser



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

concedido aos municípios que tiveram índice zero de homicídios nos últimos 10 anos, de acordo com os registros da Polícia Militar e da Secretaria de Estado de Saúde.

1.6 COMISSÃO ESPECIAL PEC 430/09 - UNIFICAÇÃO DAS POLÍCIAS CIVIS E MILITARES

Comissão convida representantes das polícias e bombeiros militares para debate

A Comissão Especial da Unificação das Polícias Civis e Militares da Câmara dos Deputados realiza audiência pública hoje para discutir as propostas de unificação das polícias civis e militares. A audiência irá debater o ingresso, a efetividade, a viabilidade de padronização da matriz curricular para formação básica, o treinamento e cursos de especializações das polícias, atendendo a requerimento dos deputados Subtenente Gonzaga (PDT-MG) e Vinicius Carvalho (PRB-SP). Em sua justificativa, os deputados afirmam que “é indispensável mapearmos as coincidências e as discrepâncias entre a cultura que permeia as polícias civis e militares para diagnosticarmos o grau de dificuldade em unificá-las, sem perder a qualidade do serviço prestado à população brasileira”.

Em audiência, convidados são contra unificação das polícias civis e militares

O vice-presidente da Associação Nacional de Praças (ANASPRA), Heder Oliveira, e o subtenente Luís Cláudio Coelho, da Associação Nacional de Entidades Representativas de Polícias Militares e Bombeiros Militares, disseram ser contra a unificação das polícias civis e militares. O assunto foi discutido durante a audiência pública realizada, nesta terça-feira (8), pela Comissão Especial destinada a estudar e apresentar propostas sobre o assunto. O Congresso Nacional analisa propostas de emenda à Constituição (PEC [430/09](#) - e apensados - e PEC [51/13](#), do Senado) que preveem a desconstituição das duas polícias, a desmilitarização do Corpos de Bombeiro militar e a criação de uma polícia única dos estados e do Distrito Federal.]

OBSERVAÇÃO: A FENEME JÁ PARTICIPOU DE AUDIÊNCIA DA COMISSÃO SENDO OUVIDA EM DEZEMBRO DE 2015.

1.7 OUTRAS NOTÍCIAS DA CÂMARA

Projeto de Fraga assegura promoção de cargo a militares inativos do antigo DF

Tramita na Câmara dos Deputados o projeto de lei (PL [745/15](#)), do deputado Alberto Fraga (DEM-DF), que assegura promoção de cargo aos servidores inativos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros no antigo Distrito Federal que não foram beneficiados pelo Decreto 544/66. Alberto Fraga destacou que a Polícia Militar do Distrito Federal foi criada em 13 de maio de 1809, por decreto de D. João VI. O parlamentar lembrou ainda que os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal foram incorporados ao Estado da Guanabara pela Lei [3.752/60](#). Esses servidores, posteriormente, puderam optar pela incorporação ao atual Distrito Federal, por ocasião da mudança da Capital da República.

Impeachment: STF deve concluir julgamento na próxima semana

Uma vez definidas pelo Supremo as regras do andamento na Câmara do impeachment de Dilma, o presidente Eduardo Cunha instalará imediatamente a comissão especial encarregada de analisar o processo. Os embargos apresentados pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, contra o rito de impeachment da presidente Dilma Rousseff definido pelo Supremo Tribunal Federal deverão ser julgados na próxima semana. A informação foi dada nesta terça-feira (8) logo após reunião de deputados da oposição com o presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski.

Delegados pedem aprovação de PEC que garante autonomia da Polícia Federal

Cerca de 40 delegados da Polícia Federal pediram nesta terça-feira (8) ao presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) [412/09](#), que garante a autonomia financeira, administrativa e funcional dos agentes da PF. Segundo o deputado Fernando Francischini (SD-PR), Cunha se comprometeu a criar uma



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

comissão especial para analisar a PEC assim que for aprovada sua admissibilidade na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) — o que, de acordo com Francischini, deve acontecer o mais breve possível.

Impeachment de Dilma poderá ser analisado em 45 dias por comissão especial

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, reafirmou nesta sexta-feira (11) que dará prosseguimento à abertura do processo de impeachment da presidente da República, Dilma Rousseff, tão logo o Supremo Tribunal Federal decida sobre os recursos da Câmara contra o rito de tramitação do impeachment definido pelo próprio STF. A decisão final do STF sobre o caso está marcada para a quarta-feira (16). Segundo o presidente, 45 dias são um prazo razoável para a tramitação do impeachment na comissão especial encarregada de analisá-lo. Cunha, no entanto, disse não poder garantir que a comissão será instalada já na quinta-feira (17). “Na quinta eu darei prosseguimento, mas não posso dizer que vou instalar [a comissão especial]; vai depender do que o Supremo decidir. Eu quero dizer que o processo voltará ao curso da continuidade, cumprindo a decisão do Supremo”, explicou.

1.8 AGENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/505154-AGENDA-DA-PROXIMA-SEMANA.html>

2. PODER LEGISLATIVO – SENADO FEDERAL

2.1 PLENÁRIO

Senado aprova MP que reduziu número de ministérios

O Plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira (9) o Projeto de Lei de Conversão (PLV) [25/2015](#), decorrente da Medida Provisória (MP) [696/2015](#). A medida foi editada pelo governo em outubro do ano passado, **reduziu de 39 para 31 o número de ministérios e secretarias da Presidência da República** e redistribuiu algumas competências entre os órgãos. Por ter sido alterada durante a tramitação no Congresso, a proposta agora segue para sanção presidencial. A medida tem o objetivo de diminuir a máquina pública federal para cortar gastos. Trata das fusões entre os ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social e entre as pastas da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Pesca e Aquicultura. Pela MP, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão assume as funções da Secretaria de Assuntos Estratégicos, que deixou de existir. A Secretaria-Geral da Presidência foi renomeada para Secretaria de Governo e o Gabinete de Segurança Institucional retomou o nome de Casa Militar da Presidência, que tinha até 1999.

Garibaldi Alves Filho defende reforma da Previdência

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) afirmou nesta quinta-feira (10) que o país precisa fazer logo a reforma da Previdência. Ele argumentou que as mudanças a serem feitas no setor não atingiriam os que já estão no regime geral da Previdência, nem os que vão se aposentar nos próximos anos, porque o país pode se permitir a um período de transição. O que não se pode é deixar de fazer essa reforma, reforçou o senador.

2.2 AGENDA BRASIL

Agenda Brasil: comissão aprova legalização de cassinos, bingos e jogo do bicho Jogo do bicho, bingos e cassinos podem voltar à legalidade. A Comissão Especial do Desenvolvimento



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Nacional aprovou nesta quarta-feira (9) o substitutivo do senador Blairo Maggi (PR-MT) para o Projeto de Lei do Senado (PLS) [186/2014](#), do senador Ciro Nogueira (PP-PI), que legaliza os chamados jogos de azar. O texto já tinha sido aprovado na comissão em dezembro do ano passado. Mas, em razão de uma série de emendas apresentadas em Plenário, a matéria voltou à pauta da comissão. O relatório foi lido na reunião do último dia 2, mas não chegou a ser votado devido a um pedido de vista coletivo. Na ocasião, Blairo Maggi informou terem sido apresentadas 16 emendas, das quais acatou cinco.

2.3 PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

Projeto prevê aposentadoria para donas e donos de casa de baixa renda

A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei [326/15](#), do deputado Valmir Assunção (PT-BA), que inclui na Previdência Social os trabalhadores sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico em suas residências, desde que pertencentes a famílias de baixa renda – ou seja, com renda inferior a dois salários-mínimos. Pela proposta, ao completarem 60 anos, as donas de casa terão direito a receber o benefício mensal de um salário mínimo. Para os homens, a idade mínima para receber a aposentadoria será de 65 anos. Ainda conforme o texto, essas idades serão reduzidas em cinco anos para indivíduos portadores de doenças degenerativas. O exercício do trabalho exclusivamente doméstico em casa poderá ser comprovado por testemunhas, no caso de impossibilidade de apresentação de prova documental.

2.4 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

CCJ aprova indicações de Joel Paciornick e Antonio Palheiro para o STJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CC) aprovou por unanimidade, nesta quarta-feira (9), as indicações do juiz federal Joel Ilan Paciornick e do desembargador Antonio Saldanha Palheiro para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ambos poderão ter seus nomes confirmados pelo Plenário do Senado ainda nesta quarta. Uma das questões levantadas na sabatina, pelo senador José Medeiros (PPS-MT), se referiu à necessidade de aperfeiçoamento do processo de indicação para as cortes superiores do país. O parlamentar também quis saber da eventual cobrança de compromissos deles por essa indicação, de responsabilidade da Presidência da República.

2.5 OUTRAS NOTÍCIAS DO SENADO

CDH: audiência sobre reforma previdenciária será no dia 27 de abril

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) começou a organizar a audiência pública para debater a reforma previdenciária proposta pelo governo. As primeiras decisões foram tomadas em uma reunião de trabalho na tarde desta terça-feira (8) entre o presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), e representantes de entidades de classe. As entidades sugeriram à CDH formular requerimentos para pedir ao governo informações sobre a situação contábil da Previdência Social, com dados sobre renúncia e sonegação. Também ficou decidido que o debate será realizado no dia 27 de abril. Para Paim, a audiência servirá para “terminar com a farsa do déficit da Previdência”.

Aumento de licença-paternidade para 20 dias é sancionado por Dilma

A presidente da República, Dilma Rousseff, sancionou sem vetos, na terça-feira (8), a Lei [13.257/2016](#), que estabelece um Marco Legal para a Primeira Infância. Publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira (9), a norma estabelece um conjunto de ações para o início da vida, entre zero e seis anos de idade. Uma das inovações da norma é a ampliação da licença-paternidade, de cinco para 20 dias, para os trabalhadores de empresas inscritas no Programa



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Empresa-Cidadã. Os empregados terão direito também a até dois dias para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante a gravidez de sua esposa e por um dia por ano para acompanhar filho de até seis anos em consulta médica. A norma, originária do projeto (PLC 14/2015), aprovado pelo Senado em 3 de fevereiro, estabelece como questões prioritárias a serem cuidadas na primeira infância: saúde, alimentação, educação, convivência familiar e comunitária, assistência social, cultura, lazer, espaço e meio ambiente.

2.6 AGENDA DO SENADO FEDERAL

<http://www12.senado.leg.br/noticias/agendasemanal/2016/02/22>


3. PODER JUDICIÁRIO

3.1 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Ministro convoca audiência pública sobre novo Código Florestal

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), convocou para o próximo dia 18 de abril audiência pública para discutir questões relativas ao novo Código Florestal. Entidades estatais envolvidas com a matéria, pessoas e representantes da sociedade civil com experiência e autoridade científica podem manifestar seu interesse em participar, indicando expositores até o dia 28/3. O ministro Fux é relator de quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs 4901, 4902, 4903 e 4937) contra dispositivos da Lei [12.651/2012](#), que alteraram o marco regulatório da proteção da flora e da vegetação nativa no Brasil. As três primeiras foram ajuizadas pela Procuradoria Geral da República (PGR), e a última pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Membros do MP não podem assumir cargos públicos fora do âmbito da instituição

 O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a nomeação de membros do Ministério Público (MP) para o exercício de cargos que não tenham relação com as atividades da instituição. A decisão foi proferida na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 388, e **estabeleceu o prazo de 20 dias, a partir da publicação da ata do julgamento, para que haja a exoneração dos membros do MP que estejam atuando perante a administração pública** em desconformidade com entendimento fixado pela Corte – ou seja, em funções fora do âmbito do próprio Ministério Público, ressalvada uma de magistério. A ação julgada parcialmente procedente foi ajuizada pelo Partido Popular Socialista (PPS) para questionar a nomeação do procurador de Justiça do Estado da Bahia Wellington César Lima e Silva para o cargo de ministro da Justiça. Em seguida, o pedido inicial foi aditado para requerer também a declaração de inconstitucionalidade da Resolução 72/2011, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que revogou dispositivos de resolução anterior que "previa a vedação do exercício de qualquer outra função pública por membro do Ministério Público, salvo uma de magistério. No julgamento, os ministros afastaram a eficácia da resolução.

Licenças a servidora gestante e adotante não podem ser diferentes, decide STF

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por decisão majoritária, decidiu que a legislação não pode prever prazos diferenciados para concessão de licença-maternidade para servidoras públicas gestantes e adotantes. Na sessão desta quinta-feira (10), os ministros deram provimento ao Recurso Extraordinário (RE) 778889, com repercussão geral reconhecida. No caso concreto, uma servidora pública federal que obteve a guarda provisória para fins de adoção de uma criança com mais de um ano de idade requereu à administração pública a licença adotante. Com base na legislação em vigor, foi deferida a licença maternidade de trinta dias, prorrogada por mais quinze. A servidora impetrou mandado de segurança para que lhe fosse assegurado o prazo de licença de



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

120 dias, sob o fundamento de que esta é a previsão constitucional para a gestante. Pediu ainda a prorrogação dessa licença por mais 60 dias, como previsto na Lei [11.770/2008](#).

3.2 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Valores de FGTS durante casamento devem ser partilhados em caso de divórcio

Durante casamento com comunhão parcial de bens, os valores recebidos pelo cônjuge trabalhador e destinados ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) integram o patrimônio comum do casal e, dessa forma, devem ser partilhados em caso de divórcio. O entendimento foi estabelecido pelos ministros da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em julgamento de ação que discutia partilha de imóvel por ocasião do término do matrimônio. De acordo com o processo submetido à análise do STJ, o patrimônio havia sido adquirido pelos ex-cônjuges após a doação de valores do pai da ex-esposa e com a utilização do saldo do FGTS de ambos os conviventes. Uma das partes pedia a divisão igualitária dos recursos do fundo utilizados para a compra, apesar de o saldo de participação para aquisição ter sido diferente. No julgamento de segunda instância, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) decidiu afastar da partilha a doação realizada pelo genitor da ex-mulher, bem como os valores de FGTS utilizados para pagamento do imóvel.

3.3 SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Tribunal Militar condena civis por desacatarem soldados em Tubarão

O Superior Tribunal Militar (STM) confirmou, por unanimidade, a condenação de dois civis que desacatarem militares do 63º Batalhão de Infantaria em Tubarão (SC). Pela decisão, um dos acusados foi condenado a um ano de prisão e o outro a seis meses de detenção.

<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2016/03/tribunal-militar-condena-civis-por-desacatarem-soldados-em-tubarao-4993669.html>

4. PODER EXECUTIVO

4.1 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministério da Justiça oferecerá vagas para mestrados em segurança pública.

Propostas de universidades para criação de pós-graduações stricto sensu serão analisadas pela Capes. Profissionais de segurança pública de todo o país vão poder participar gratuitamente de cursos de mestrado em suas áreas de atuação. Para viabilizar o acesso desses agentes a essas pós-graduações, os ministérios da Justiça (MJ) e da Educação (MEC) estão recebendo propostas de instituições de ensino superior para criação de pós-graduações stricto sensu. A ideia é que o governo federal invista na criação de 200 vagas em 2017. Cinco instituições manifestaram interesse em oferecer cursos de mestrado em segurança pública. São as universidades federais de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Ceará, Bahia e Pará. As confirmações foram feitas na segunda-feira (07), durante o Workshop Mestrado Profissional em Segurança Pública. O evento foi realizado em Brasília (DF), pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/MJ) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC).

4.2 MINISTÉRIO DA DEFESA

38 mil militares das Forças Armadas estão prontos para atuar nos Jogos Rio 2016



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Cerca de 38 mil militares das Forças Armadas estão preparados para atuar na área de segurança dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 em um esquema de trabalho integrado com o Ministério da Justiça, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e órgãos de segurança ligados aos governos estaduais e municipais. Os militares atuarão durante as competições no Rio de Janeiro e nas cidades que receberão as partidas de futebol: Brasília, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Manaus. Cerca de 20 mil desses militares ficarão no Rio de Janeiro, divididos entre as quatro regiões olímpicas: Copacabana, Maracanã, Barra da Tijuca e Deodoro.

5. OUTRAS PUBLICAÇÕES (SITES, REVISTAS ETC.)

[CAIXA anuncia medidas para reaquecer mercado imobiliário](#)

A CAIXA anunciou, nesta terça-feira (8/03), medidas para reaquecer a demanda por crédito imobiliário no país. O anúncio foi feito pela presidenta do banco, Miriam Belchior, durante a divulgação do balanço de 2015, em São Paulo. No ano passado, a CAIXA manteve a liderança folgada no segmento, com participação de 67,2%. O volume de financiamentos somou R\$ 91,1 bilhões e envolveu 792 mil unidades, beneficiando 2,9 milhões de pessoas. Os destaques são a ampliação da oferta de crédito para novas contratações, o aumento da fatia financiável de imóveis usados e a reabertura das operações de financiamento do segundo imóvel. “Essas medidas têm duplo impacto, uma vez que viabilizam o acesso à moradia para a população e aquecem o segmento da construção civil, gerando mais emprego e renda”, observou Miriam Belchior.

[Dilma reconhece possibilidade de reforma da previdência ser adiada](#)

A presidente Dilma Rousseff reconheceu nesta sexta-feira (11) a **possibilidade de ser adiado para o segundo semestre o envio ao Congresso Nacional da proposta de reforma previdenciária**. Em entrevista à imprensa, a petista afirmou que o governo federal tem feito uma avaliação sobre o envio no primeiro ou no segundo semestre. No mês passado, a intenção do Palácio do Planalto era enviá-la até o final de abril. Com as resistências de partidos da base aliada, como PT e PDT, a presidente estuda deixar a polêmica mudança para o final do ano, sobretudo diante da possibilidade de abertura do processo de impeachment na Câmara dos Deputados.

[Matéria da revista Exame, investimento de cada estado por habitante em 2015.](#)

Os estados que menos investem em segurança pública

<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/os-estados-que-menos-investem-em-seguranca-publica>

6. NOTÍCIAS DE INTERESSE DA FENEME

6.1 REFORMA DO CPP EM DISCUSSÃO NA CÂMARA

Foi constituída na Câmara dos Deputados uma Comissão Especial para emitir parecer sobre projeto e emendas para alteração do CPP, oriundo do Senado.

Esta Comissão tem como Relator o Dep João Campos (delegado por Goiás), bem como possui muitos deputados delegados e apoiadores dos mesmos. Este fato é motivo de



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

preocupação, pois pretendem alterar o CPP buscando inviabilizar algumas questões como: autoridade policial, TCO, ciclo completo, dentre outros, além de buscar elevar os delegados à condição de juízes de instrução, subordinando as PPMM a eles.

- **PL-08045/2010 - Código de Processo Penal.**
- 11/03/2016 Apense-se a este(a) o(a) PL-6562/2002.
- 11/03/2016 Apense-se a este(a) o(a) PL-7013/2006.
- 11/03/2016 Apense-se a este(a) o(a) PL-3816/2008.
- 11/03/2016 Apense-se a este(a) o(a) PL-4756/2012.
- 11/03/2016 Apense-se a este(a) o(a) PL-6059/2013.
- 11/03/2016 Apense-se a este(a) o(a) PL-8040/2014.
- À CSPCCO, CCJC, CTASP, CVT e CSSF o
- 11/03/2016 Memorando nº 46/16 - COPER solicitando a devolução de projetos apensados a este por Decisão da Presidência.

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=40617DB876BBFBCD5AB56F435551124B.proposicoesWeb1?codteor=1365953&filename=A vulso+-PL+8045/2010

<http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490263>

6.2 PL 3123/15 DISCUTE O TETO SALARIAL DO FUNCIONALISMO

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/504656-CAMARA-ADIA-VOTACAO-DO-TETO-DO-FUNCIONALISMO-E-DE-PEC-DA-SAUDE.html>

Fruto das pressões da semana passada (29/02 a 04/03) o PL 3123 voltará a pauta à partir do dia 21/03. Até lá, há possibilidades de se fazer os ajustes, além de uma grande negociação.

Segue o link do substitutivo em análise:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2078173>

6.3 POLÊMICA PEC 412/209 BUSCA AUTONOMIA DA POLÍCIA FEDERAL

[Delegados pedem aprovação de PEC que garante autonomia da Polícia Federal](#)

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/504937-DELEGADOS-PEDEM-APROVACAO-DE-PEC-QUE-GARANTE-AUTONOMIA-DA-POLICIA-FEDERAL.html>

Cerca de 40 delegados da Polícia Federal pediram nesta terça-feira (8) ao presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) [412/09](#), que garante a autonomia financeira, administrativa e funcional dos agentes da PF.



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL N° , DE 2009 .

(Do Sr. Alexandre Silveira e Outros)

Altera o § 1º do art. 144 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização da polícia federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O parágrafo 1º do art. 144, da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 144.

§ 1º *Lei Complementar organizará a polícia federal e prescreverá normas para a sua autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de elaborar sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, com as seguintes funções institucionais:”*

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Entenda os motivos obscuros da PEC 412 também conhecida como “PEC DA CHANTAGEM”.

O golpe da PEC da AUTONOMIA:

https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=1188542931186591&id=100000926854190

6.4 A PEC 443 E AS FFAA

Salário dos MILITARES. Na surdina, GOVERNO apresenta projeto que prejudica militares de Forças Armadas e Auxiliares. Benefícios como acumulo de férias e os 4 soldos na transferência para a reserva podem ser CORTADOS.

<http://www.sociedademilitar.com.br/wp/2016/03/salario-dos-militares-projeto-de-dilma-pode-reduzir-beneficios-liderancas-mobilizam-parlamentares-ultimas-noticias.html>

6.5 FENEME PARTICIPA DE CONGRESSO INTERNACIONAL NO KUWAIT

O Ten Cel PMSC Martinez representou a FENEME na União Desportiva Policial Panamericana – UDEPP no Kuwait.

<http://www.feneme.org.br//pagina/1413/feneme-representada-no-congresso-da-international-po>



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA



Nota: A FENEME foi convidada para representar os policiais brasileiros sem custos para a Entidade.

6.6 CICLO COMPLETO DE POLÍCIA – ATUALIDADES NAS PPMM

CONSULTAS A LINKS DO CICLO COMPLETO:

<http://www.ciclocompleto.com.br/paginas/8/jurisprudencia>

<http://www.ciclocompleto.com.br/pagina/1364/provimento-tribunal-de-justiccedila-de-pernambuco--provimento-232015-autorizando-a-poliacutecia-militar-elaborar-termo-ciscunstanciado>

<http://www.ciclocompleto.com.br/pagina/1414/ciclo-completo-eacutec-discutido-em-brasiacutelia-em-reuniatildeo-da-frente-parlamentar->

REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO CICLO COMPLETO

Na tarde desta data (08), ocorreu no Plenário 16 da Câmara dos Deputados a reunião dos membros da Frente Parlamentar em Apoio à Adoção no Brasil do Ciclo Completo de Polícia.

Os trabalhos contaram com as presenças dos Deputados Subtenente Gonzaga (Presidente), Lincoln Portela e Cabo Sabino. Vários Dirigentes de Entidades se fizeram presentes e a FENEME participou das discussões e encaminhamentos nas pessoas do Cel Miler, Cel Abud e Ten Cel Ronaldo. Vários apontamentos foram feitos em torno das futuras ações com vistas a se aprovar as proposições pertinentes na CCJ, bem como a instalação da Comissão Especial específica para discutir a implantação do Ciclo Completo de Polícia no Brasil.





NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

PM DO RIO ENFRENTA 'DEBANDADA' A CINCO MESES DAS OLIMPIADAS

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/03/pm-do-rio-enfrenta-debandada-cinco-meses-das-olimpiadas.html>

A aproximadamente cinco meses dos Jogos Olímpicos do Rio, que demandará grande aparato de segurança, um dado revelado pela própria Polícia Militar pode comprometer o planejamento para o evento: nos últimos dois meses, mais de 300 homens, entre eles muitos oficiais, deram entrada em processos de aposentadoria. As informações foram publicadas nesta quinta-feira (10) pelo Jornal O Dia e confirmadas pela PM. Em média, os pedidos de passagem para a reserva remunerada não passavam de 30 por mês.

GOVERNO DO RS PODERÁ CONTRATAR JOVENS DO SERVIÇO MILITAR COMO PMS TEMPORÁRIOS

<http://www.militarnewsbrasil.com.br/governo-do-rs-podera-contratar-jovens-do-servico-militar-como-pms-temporarios/>

SEGURANÇA PÚBLICA DE GOIÁS IMPLANTA O PROJETO "Soldado 3º Classe, com salário: R\$ 1.500 reais".

<http://expresso.opopular.com.br/editorias/cidades/novos-policiais-terao-salario-de-r-1-5-mil-1.1048320>

O governador Marconi Perillo informou que encaminhará projeto de lei para a Assembleia Legislativa, criando uma nova classe de policiais. O concurso oferecerá 2,5 mil vagas para soldados de 3ª classe da Polícia Militar e 500 agentes de 4ª classe da Polícia Civil.

6.7 AUDIENCIA PUBLICA EM BELO HORIZONTE IRA DEBATER UNIFICACAO E DESMILITARIZACAO DAS POLICIAS

Confirmada a Audiência Pública da Comissão Especial destinada a elaborar estudos sobre a **Unificação e Desmilitarização das Polícias** – CEUNIFI, para o dia 18 de março de 2016 – 6ª feira, no Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Debate público na ALMG vai abordar a unificação das polícias

Evento, que ocorre na próxima sexta (18), terá a presença das principais autoridades das Polícias Civil e Militar de MG. Debater a viabilidade de unificação das Polícias Civil e Militar e seus desdobramentos, com a participação da Comissão Especial de Unificação das Polícias, da Câmara dos Deputados. Esse é o objetivo de debate público que será realizado pela Comissão de Segurança Pública da Assembleia ALMG Legislativa de Minas Gerais (ALMG) na próxima sexta-feira (18/3/16), às 9 horas, no Plenário. O requerimento é de autoria do presidente da comissão, deputado Sargento Rodrigues (PDT).

O tema está diretamente ligado à Lei 21.733, de 2015, que será discutida no debate, oriunda do Projeto de Lei 1.254/15, de autoria do deputado Sargento Rodrigues. A norma estabelece as diretrizes e os objetivos da política estadual de segurança pública, sendo uma delas a atuação cooperativa das instituições componentes do Sistema de Defesa Social, além da cooperação dos órgãos de segurança pública do Estado com os órgãos similares da União e de outras unidades da Federação e desenvolvimento de políticas de prevenção social da criminalidade, entre outros. Convidados –

Foram convidados o secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais, Bernardo Santana de Vasconcellos; o deputado federal Subtenente Gonzaga (PDT-MG); o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes; o procurador-geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Carlos André Mariani Bittencourt; o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais,



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini; a chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, Andrea Claudia Vacchiano; o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, cel. BM Luiz Henrique Gualberto Moreira; o superintendente Regional da Polícia Federal em Minas Gerais, Sérgio Barboza Menezes; o superintendente Regional da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais, Guido Marcelo Mayol; e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais (OAB-MG), Antônio Fabrício de Matos Gonçalves.

Também foram convidados o 1º vice-presidente da Associação Nacional de Entidades Representativas de Praças (Anaspra), subtenente Heder Martins de Oliveira; o presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais (Sindpol), Denilson Aparecido Martins; o presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado Minas Gerais (Sindepominas), Marco Antônio de Paula Assis; o presidente do Sindicato dos Policiais Federais no Estado de Minas Gerais (Sinpef-MG), Rodrigo dos Santos Marques Porto; a presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais de Minas Gerais (SINPRF-MG), Maria Inês Miranda Mendonça; o vereador de Belo Horizonte e presidente do Clube dos Oficiais da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, cel. PM Edvaldo Piccinini Teixeira; o presidente da União dos Militares de Minas Gerais (UM-MG), cel. PM César Braz Ladeira; e o presidente da Associação dos Militares Estaduais Mineiros (Amem-MG), cel. PM Norberto Rômulo Russo.

Também foram convidados o presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais (AOPMBM), tenente-coronel PM Ailton Cirilo da Silva; o presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais (Aspra-PM/BM), 3º sargento PM Marco Antônio Bahia Silva; o presidente da Associação de Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (Ascobom), sargento BM Alexandre Rodrigues; o presidente da Associação de Criminalística do Estado de Minas Gerais (Acemg), Walney José de Almeida; o Fl 30/35 presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais (CSCS), comandante BM Álvaro Rodrigues Coelho; o comandante da Guarda Municipal de Belo Horizonte, Rodrigo Sérgio Prates; o consultor legislativo de Segurança Pública e Defesa Nacional da Câmara Federal, Fernando Carlos Wanderley Rocha; e o ex-secretário de Defesa Social e integrante da Comissão Especial de Segurança Pública do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Maurício Campos Júnior.

6.8 CURSO PARA ASSESSORES PARLAMENTARES

A FENEME irá realizar mais uma edição do curso de ASSESSORIA PARLAMENTAR. As inscrições já estão ocorrendo e são apenas 30 vagas. Solicitamos aos interessados que façam suas inscrições através do e-mail presidente@feneme.org.br.

Brasília, 13 de março de 2016.